



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 03.682.014/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2016.

Ao longo de 2016, a Empresa desenvolveu suas atividades balizadas no planejamento estratégico de sua controladora integral, Companhia Energética de Brasília - CEB e na gestão parcimoniosa das despesas operacionais, de forma a cumprir os compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.

Para enfrentar os altos custos com energia adquirida no MCP¹, principal fator que impactou o resultado em 2015, a Administração celebrou com a ANEEL² o “Termo de Repactuação do Risco Hidrológico”, conforme disposto na Lei 13.203/2015, garantindo proteção para eventuais déficits financeiros futuros de geração.

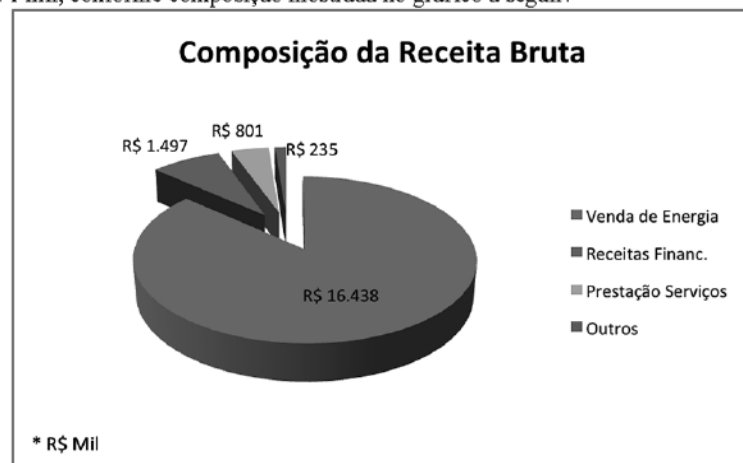
O pacto firmado proporcionou o ressarcimento de R\$ 1.227 mil referentes a créditos de 2015 para pagamento de seguro do risco hidrológico até o final da concessão e possibilitou que a Empresa continuasse adquirindo energia no MCP de forma a honrar seus contratos de comercialização no ACR³.

Os efeitos financeiros e econômicos deste déficit foram mitigados para CEB Participações S.A., em parte pela repactuação de 91% do risco, que representou crédito de R\$564 mil e também pela redução do PLD⁴, que apresentou valores médios inferiores aos ocorridos em 2015.

Assim, a exposição financeira de anos anteriores não se repetiu em 2016. Ao contrário, a expressiva redução no valor das aquisições de energia, na ordem de R\$ 7.094 mil para R\$ 1.030 mil, ajudou a compor o resultado positivo da CEB Participações S.A.

A comercialização de energia foi marcada pela continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, e representou a principal fonte de receita da Empresa.

As demais receitas decorreram dos rendimentos de aplicações financeiras, serviços administrativos prestados ao Consórcio Cemig-CEB e outros créditos, que somados totalizaram a receita bruta de R\$ 18.971 mil, conforme composição mostrada no gráfico a seguir:



Seguindo as diretrizes do Grupo, a CEB Participações S.A. celebrou Contrato de Cessão Creditória de Direito de Mútuo com seu acionista único Companhia Energética de Brasília - CEB, no valor de R\$10.000 mil, utilizando recursos comprometidos no Contrato de Mútuo que foi celebrado com a CEB Distribuição S.A. em 2015. Em contrapartida, o capital social foi reduzido de R\$ 41.270 mil para R\$ 31.270 mil.

Celebrou, ainda, contrato de mútuo com a empresa geradora Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 192 mil, que serão restituídos em 60 parcelas corrigidas pelo IGP-M/FGV, acrescidas de juros de 1% ao mês e tributos incidentes, desde a data do desembolso até a data do efetivo pagamento, que se dará após o vencimento do período de carência do contrato, respeitando a comutatividade do montante mutuado, conforme determina o Órgão Regulador.

Outras ações gerenciais reduziram os custos operacionais e influenciaram positivamente o resultado. Entre elas, destacam-se:

- Priorização de investimentos na UHE Queimado, eliminando desperdícios e melhorando a eficiência operacional;
- Modernização do sistema de gestão informatizada da UHE Queimado, proporcionando maior segurança nas contratações, procedimentos contábeis e financeiros;
- Economia na contratação das condicionantes ambientais da UHE Queimado, nos termos da Licença de Operação - IBAMA; e
- Economia nas contratações de obras, serviços e nova sede administrativa do Consórcio Cemig-CEB.

¹ - Mercado de Curto Prazo.

² - Agência Nacional de Energia Elétrica.

³ - Ambiente de Contratação Regulada.

⁴ - Preço de Liquidação das Diferenças é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no Custo Marginal de Operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado.

O bom desempenho da Empresa gerou crescimento de 260% no EBITDA⁵ e de 271% no lucro líquido. Os números apresentados na tabela seguinte mostram a progressão dos resultados consignados nos últimos três anos:

EXERCÍCIO	2014	2015*	2016
Receita Operacional Bruta	14.412	15.463	17.239
Receita Operacional Líquida	13.726	14.717	16.407
Resultado Antes dos Tributos	551	3.966	11.306
EBITDA	(613)	2.896	10.415
Lucro Líquido (Prejuízo)	(659)	2.748	10.187
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	43.321	45.782	39.457

*Reapresentado.

Com relação às principais despesas realizadas no ano, estas incluíram custos usuais com encargos setoriais, gerais e administrativas, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD⁶, gastos de liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica, taxas destinadas à ANEEL, CCEE, ONS, pessoal, material e serviços.

Em 17 de novembro de 2016, foi publicada a Portaria MME nº 622, que divulgou o relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs” para a Consulta Pública nº 24, bem como os novos valores preliminares de garantia física de energia para as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente.

A UHE Queimado teve a sua garantia física aumentada em 16,9%. O valor preliminarmente anunciado será revisado em 2017 pelo MME, com previsão de vigência a partir de janeiro de 2018, quando surtirá efeitos positivos no volume de comercialização de energia.

Apesar do bom resultado em 2016, a CEB Participações S.A. manterá sua gestão focada no controle rígido dos custos e despesas operacionais, priorizando investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Acreditamos, porém, em um cenário hidrológico mais favorável para os próximos anos e em novos ajustes regulatórios que poderão contribuir para redução do risco financeiro de geração, aumento dos volumes negociados e melhoria dos indicadores empresariais.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia brasileira viveu em 2016 mais um ano de recessão, aliada a um cenário de grave crise política e institucional. A retração acumulada da economia, a contração do crédito e a elevação dos índices de desemprego indicam que a recuperação deverá ser lenta.

Diversos fatores contribuíram para a retração do mercado. Dentre eles podemos destacar a queda da arrecadação, o aumento do déficit, a crise nas contas dos estados, o aumento dos juros para financiamento, a queda na confiança dos investidores, entre outros.

O Produto Interno Bruto - PIB brasileiro encerrou 2016 com redução superior a 3% e taxa de inflação de 6,29%. No regime de metas de inflação adotado pelo Banco Central, com núcleo de 4,5% e teto de 6,5%, esse índice ficou dentro do teto da meta, o que representa a mais baixa desde 2013. Para 2017, o teto da meta de inflação será de 6%.

A taxa de desemprego atingiu o patamar de dois dígitos, podendo chegar a 13% ano de 2017. A queda na produção industrial e nas vendas do varejo indica esgotamento do modelo de crescimento baseado na alta do consumo e expansão fiscal.

Por sua vez, a balança comercial registrou o maior superávit já registrado em toda série histórica desse indicador. O resultado decorreu de uma queda menor nas exportações do que nas importações. Na comparação entre os dois últimos anos, as importações recuaram 20,1%, enquanto as exportações caíram 3,5% na média diária.

As perspectivas para 2017 permanecem abaixo do desejado. Os agentes econômicos preveem pequeno crescimento no PIB, próximo a 0,5%, além de novo déficit primário.

Para retomada do crescimento será necessário melhorar o nível de confiança geral na economia por meio de reformas estruturais que visem especialmente a redução dos gastos públicos, implementação de política fiscal consistente e restabelecimento de superávit primário.

3 - CONTEXTO OPERACIONAL

No ano de 2016, a geração de energia oriunda de fonte exclusivamente hidráulica no Brasil foi responsável por 74,27% do total dos 734.131 MW médios gerados.

As alterações no regime de chuvas, entre outros fatores, vêm contribuindo para o deslocamento na matriz de energia elétrica no país. A participação da fonte de energia térmica alcançou 19,75% e, a eólica, 5,97% da geração total. Com uma participação ainda modesta, mas em expansão, coube 0,01% à geração fotovoltaica.

Nos anos de 2014 e 2015, os geradores hidráulicos sofreram grande exposição financeira em decorrência da crise hídrica, que levou a ajustes no MRE⁷. Em consequência, os agentes tiveram que adquirir energia em maior volume no mercado de curto prazo, de forma a garantir lastro a

⁵ - EBITDA é a sigla de “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”, que significa “Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”.

⁶ - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição celebrado com outras distribuidoras para uso das instalações do sistema de distribuição (CSD).

⁷ - A CEB Participações S.A. integra o Sistema Interligado Nacional - SIN, que é um sistema que coordena e controla todo o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil. Para reduzir a exposição individual do gerador hidrelétrico às variações do regime de chuvas foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Esse mecanismo realoca a energia entre os participantes, transferindo o excedente daqueles que geraram além para aqueles que geraram abaixo de sua garantia física.

continua...

continuação...

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20

seus contratos firmados anteriormente. Tal fato exigiu desembolsos financeiros significativos, o que levou a uma paralisação do mercado de curto prazo de energia face à judicialização do setor. Coube ao órgão regulador apresentar a possibilidade de mitigação do risco de geração hidráulica aos agentes geradores, a partir do compartilhamento de parte deste risco com o consumidor de energia. Assim, conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015, vários geradores aderiram ao “Termo de Repactuação do Risco Hidrológico”, incluindo-se a CEB Participações S.A.

A adesão realocou o risco hidrológico aos consumidores mediante o pagamento de prêmio de risco, permitindo o ressarcimento de parte dos custos do déficit hídrico de 2015, e garantiu proteção para eventuais déficits financeiros futuros de geração.

Contudo, a escassez hídrica permaneceu em 2016, ocasionando um déficit de energia no sistema em torno de 13% (GSF médio de 87%), menor que a média verificada em 2015, que foi de 15,7%. Os números acima ratificam a importância dos geradores hidráulicos na matriz energética, mas também sinalizam a necessidade de revisão do marco regulatório para o setor que teve algumas de suas inconsistências evidenciadas pela crise hídrica dos últimos anos.

4 - PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa Nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, a CEB Participações S.A. detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para todas as regiões do território nacional.

Adicionalmente, possui participação acionária na investida Corumbá Concessões S.A., correspondente a 2,35% do total das ações, cujo empreendimento denomina-se Usina Hidrelétrica Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, que garante energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A figura a seguir mostra a posição da CEB Participações S.A. no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília - CEB:

5 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é administrada por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pelo acionista controlador, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos, residentes no País, diplomados em curso universitário ou que tenham exercido, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, função gerencial ou de membro de conselhos fiscais.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração. Os cargos são exercidos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

No ano de 2016, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balancetes trimestrais e do balanço do final do exercício.

A CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente, para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, cuja estrutura é composta por dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A.. O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição.

Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função desempenhada por um de seus Diretores.

6 - NOSSOS NEGÓCIOS

Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado.

O empreendimento está localizado na confluência do córrego Arrependido com o rio Preto, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, nos municípios de Cabeceira Grande, onde está localizada a casa de força, e de Unaí em Minas Gerais, Cristalina e Formosa, em Goiás, além do Distrito Federal.

A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente. Sobre este último aspecto, em 29 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª Renovação da Licença Ambiental de Operação, concedida pelo IBAMA, para o período de 10 (dez) anos.

Corumbá Concessões S.A.

A Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina sua produção ao Distrito Federal. Em 2012, a CEB Participações S.A. aumentou 0,22% seu percentual de participação no negócio, passando de 2,12% para 2,35%.

Outros Negócios

Além dos ativos de geração de energia elétrica, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB e, de aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas de 95% a 97% do CDI.

7 - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por meio de leilão de energia, onde as compradoras são as distribuidoras de energia.

A CEB Participações S.A. participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2037.

Na ocasião foram formalizados 32 (trinta e dois) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

A Energia comercializada esse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios de 2014 e 2015:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 50012017022200080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação...				
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20				
Energia Comercializada no ACR				
	Montante	Montante	Montante	Preço Médio
	(MW) - 2014	(MW) - 2015	(MW) - 2016	(R\$/MWh) - 2016
1º Semestre	9,079	9,233	9,245	204,10
2º Semestre	8,922	8,769	8,803	213,89
8 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO				
Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS). Os impactos decorrentes dessas compatibilizações tiveram como principal repercussão a contabilização da participação em Corumbá Concessões S.A., realizada pelo MEP - Método de Equivalência Patrimonial, que está detalhada nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Empresa.				
Lucro/Prejuízo do Período				
EXERCÍCIO		2014	2015*	2016
Receita Operacional Bruta		14.412	15.463	17.239
Receita Operacional Líquida		13.726	14.717	16.407
Resultado Antes dos Tributos		551	3.966	11.306
EBITDA		(613)	2.896	10.415
Lucro Líquido (Prejuízo)		(659)	2.748	10.187
Patrimônio Líquido		43.321	45.782	39.457
(R\$ Mil)				
*Reapresentado.				
Em um ano que apresentou grandes dificuldades econômicas, a CEB Participações S.A. aumentou sua receita operacional bruta em 11,48%, totalizando R\$ 17.239 mil. Por outro lado, a operação de compra de energia sofreu forte redução de 85,48%, passando de R\$ 7.094 mil para R\$ 1.030 mil. No final do exercício, foi apurado um lucro de R\$ 10.187 mil, que é o melhor registrado na história da Empresa.				
EXERCÍCIO		2014	2015*	2016
Energia de Curto Prazo		(6.286)	(7.094)	(1.030)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição		(707)	(778)	(847)
(R\$ Mil)				
*Reapresentado.				
Ao contrário dos exercícios anteriores, o resultado apresentado pela Corumbá Concessões S.A., mensurado pelo Método de Equivalência Patrimonial foi positivo, no valor total de R\$ 112 mil.				
EXERCÍCIO		2014	2015*	2016
Equivalência Patrimonial		(1.737)	(906)	112
(R\$ Mil)				
*Reapresentado.				
Composição das Receitas Operacionais				
EXERCÍCIO	31/12/2014	31/12/2015*	31/12/2016	
Receita Bruta de Venda e Serviços	14.412	15.463	17.239	
Venda de Energia Elétrica	13.772	14.809	16.438	
Prestação de Serviços	640	654	801	
Deduções da Receita Operacional	(686)	(746)	(832)	
PIS	(92)	(101)	(112)	
COFINS	(426)	(465)	(517)	
ISS	(32)	(33)	(40)	
P&D	(136)	(147)	(163)	
Receita Operacional Líquida	13.726	14.717	16.407	
(R\$ Mil)				
*Reapresentado.				
Receita com Suprimento de Energia				
A receita obtida com o suprimento de energia elétrica foi de R\$ 16.438 mil. Quando comparada ao valor apurado em 2015, de R\$ 14.809 mil, representa um aumento de 11,00%.				
Receitas/(Despesas) Financeiras				
A CEB Participações S.A. obteve receita adicional das aplicações mantidas nos bancos BRB e Bradesco, dos juros do contrato de mútuo celebrado com a CEB Distribuição S.A. e com a Corumbá Concessões S.A. e, de recuperação de outras receitas, que totalizou R\$ 1.732 mil. Quando comparada com a receita auferida em 2015, observa-se uma redução de 17,08% nos rendimentos.				
EXERCÍCIO	31/12/2014	31/12/2015*	31/12/2016	
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.146	1.554	1.497	
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	-	527	113	
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	-	-	114	
Atualizações sobre Crédito Tributário	-	7	6	
Outras Receitas Financeiras	-	1	2	
Receitas Financeiras	2.146	2.089	1.732	
(R\$ Mil)				
*Reapresentado.				
Essa diminuição ocorreu devido à necessidade de saídas de caixa em operações ao longo do ano, especialmente, a distribuição de dividendos intercalares realizadas em junho de 2016, no valor de R\$ 6.000 mil, uma vez que a Administração mantém de forma rigorosa todos os recursos disponíveis em conta de aplicação.				
Cessão Creditória de Direito de Mútuo com a CEB				
No exercício de 2015, a CEB Participações S.A. celebrou contrato de mútuo com a CEB Distribuição S.A., no valor de R\$ 10.000 mil (dez milhões de reais), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura, e com carência de 6 (seis) meses para início da amortização do principal. Durante o período de vigência, os juros passaram a ser pagos mensalmente, com base em 97% (noventa e sete por cento) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, atendendo a comutatividade financeira. A CEB Distribuição S.A. deu em garantia ao empréstimo a cessão fiduciária de direitos creditórios.				
Neste exercício, a Administração propôs a redução do capital social da Empresa, no valor de R\$ 10.000 mil, por solicitação de sua controladora integral Companhia Energética de Brasília - CEB. O recurso utilizado foi o mesmo comprometido no contrato de mútuo com a CEB Distribuição S.A. Para dar o regular cumprimento, celebrou contrato de cessão creditória de direito de mútuo com a CEB, onde todos os direitos e deveres foram para ela cedidos. Com essa operação, o Capital Próprio passou de R\$ 41.270 mil, para R\$ 31.270 mil.				
Contrato de Mútuo com Corumbá Concessões S.A.				
A CEB Participações S.A. celebrou contrato de mútuo com a empresa geradora Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 192 mil, que serão restituídos em 60 parcelas corrigidas pelo IGP-M/FGV, acrescidas de juros de 1% ao mês e tributos incidentes, desde a data do desembolso até o efetivo pagamento, respeitando a comutatividade do montante mutuado.				
Política de Distribuição de Resultados				
O Estatuto Social da Companhia é omissivo em relação ao percentual de remuneração do dividendo mínimo obrigatório, por esta razão foi aplicado o percentual de 50% sobre o lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76. Entretanto, a Empresa destinou seu lucro líquido ajustado (ver quadro abaixo) para dividendos mínimos obrigatórios R\$ 5.977 mil, e para dividendos adicionais propostos R\$ 5.977 mil, registrados em conta específica até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária que, se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.				
APURAÇÃO/DESTINAÇÃO DE DIVIDENDOS				31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício				10.186
Ajuste de Exercícios Anteriores - Equivalência Patrimonial - Coligadas				428
Ajuste de Exercícios Anteriores - Imobilizado Consórcio				830
Ajuste de Exercícios Anteriores - MCP 2015				1.138
Lucro Líquido Ajustado				12.584
Constituição de Reserva Legal				629
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório				11.955
Dividendo Mínimo Obrigatório - 50%				5.977
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos				5.977
(R\$ Mil)				
Relacionamento com os Auditores Independentes				
A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Teixeira & Associados Auditores Independentes, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.				
9 - RECURSOS HUMANOS				
Quadro de Pessoal				
COLABORADORES	2014	2015	2016	
Diretores sem vínculo efetivo	2	3	3	
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	5	1	1	
Conselheiros sem vínculo efetivo	3	1	2	
Total (Força de Trabalho)	10	5	6	
10 - AGRADECIMENTOS				
A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensados pelo seu acionista controlador, Companhia Energética de Brasília - CEB, que possibilitaram o alcance do bom desempenho deste exercício.				
Brasília, 31 de dezembro de 2016.				
A ADMINISTRAÇÃO				
continua...				

continuação...			
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20			
Balanco Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
			Reapresentado
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.342	8.478
Concessionários e permissionários	4	1.917	1.739
Energia de curto prazo a receber	5	-	535
Impostos a recuperar		180	94
Repactuação do Risco Hidrológico	6	75	-
Outros créditos		148	143
		<u>14.662</u>	<u>10.989</u>
Ativo Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados		713	610
Empréstimos e financiamentos	7	203	10.000
Aplicações financeiras		219	20
Repactuação do Risco Hidrológico	6	1.151	1.227
Realizável a Longo Prazo		<u>2.286</u>	<u>11.857</u>
Investimentos	8 a)	3.713	3.669
Imobilizado	9	18.462	19.158
Intangível	10	1.541	1.496
		<u>26.002</u>	<u>36.180</u>
Total do Ativo		<u>40.664</u>	<u>47.169</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
			Reapresentado
Receita operacional líquida	15	16.407	14.717
Custo com energia elétrica e operação	16	(4.508)	(9.763)
Lucro operacional bruto		<u>11.899</u>	<u>4.954</u>
Receitas / (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	17	(2.509)	(1.977)
Resultado de equivalência patrimonial	8	112	(906)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		102	121
		<u>(2.295)</u>	<u>(2.762)</u>
Resultado antes do Resultado Financeiro		<u>9.604</u>	<u>2.192</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	18	1.732	2.089
Despesas financeiras		(30)	(315)
		<u>1.702</u>	<u>1.774</u>
Resultado antes dos tributos		<u>11.306</u>	<u>3.966</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	19		
Imposto de Renda		(773)	(850)
Contribuição Social		(346)	(368)
		<u>(1.119)</u>	<u>(1.218)</u>
Lucro líquido do Período		<u>10.187</u>	<u>2.748</u>
Lucro Básico e Diluído por Ação		<u>0,2468</u>	<u>0,0666</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
		Reapresentado	
Lucro Líquido do Período	<u>10.187</u>	<u>2.748</u>	
Outros Resultados Abrangentes			
Ajuste Exercícios Anteriores (Equivalência Patrimonial)	(68)	157	
Resultado Abrangente Total	<u>10.119</u>	<u>2.905</u>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
		Reapresentado	
Atividades Operacionais			
Entradas:			
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	15.948	14.648	
Recebimento pela Prestação de Serviços	733	568	
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	1.497	1.554	
Venda Energia - MCP	257	-	
Recebimento de Juros e Encargos	102	528	
Outros Recebimentos	7	13	
	<u>18.544</u>	<u>17.311</u>	
Saídas:			
Operações com Energia Elétrica	(1.253)	(8.410)	
Fornecedores de Materiais e Serviços	(2.131)	(2.399)	
Salários, Remuneração e Encargos	(1.855)	(1.624)	
Recursos Hídricos	(237)	(356)	
Pagamento de Tributos	(1.632)	(1.508)	
Encargos Setoriais	(282)	(225)	
Depósitos Judiciais	(103)	(610)	
Outros	(54)	(14)	
	<u>(7.547)</u>	<u>(15.146)</u>	
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	<u>10.997</u>	<u>2.165</u>	
Atividades de Investimento			
Entradas/Saída:			
Concessão de Empréstimo	(192)	(10.000)	
Alienação de Imobilizado	-	-	
Aquisição de Imobilizado e intangível	(53)	(855)	
Caixa líquido Gerado nas Atividades de Investimento	<u>(245)</u>	<u>(10.855)</u>	
Atividades de Financiamentos			
Entradas:			
Pagamento de dividendos	(6.888)	-	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	<u>(6.888)</u>	<u>-</u>	
Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>3.864</u>	<u>(8.690)</u>	
Demonstração da variação de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	8.478	17.168	
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	<u>12.342</u>	<u>8.478</u>	
	<u>3.864</u>	<u>(8.690)</u>	
As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.			
continua...			

continuação...						
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20						
Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
		Reapresentado			Reapresentado	
1 - Receitas			3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	12.541	5.705	
Venda de Energia Elétrica	16.438	14.809	4 - Retenções			
Prestação de Serviços	801	654	Depreciação	697	718	
Outras Receitas	102	121		697	718	
	17.341	15.584	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3-4)	11.844	4.987	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros			6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Serviços de Terceiros	2.375	2.504	Receitas Financeiras	1.732	2.089	
Material	7	-	Equivalência Patrimonial	44	(906)	
Taxa de Fiscalização ANEEL	154	129		1.776	1.183	
Operações com Energia elétrica	1.030	7.094	7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	13.620	6.170	
Repactuação do risco hidrológico	-	(1.227)				
Custo Pelo Uso do Sistema de Distribuição	847	778				
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	196	342	Pessoal e Encargos	1.573	1.248	%
Contribuição Compulsória - CCEE	10	11	Despesas Financeiras	30	315	11,5%
Outras Despesas	181	248	Impostos, Taxas e Contribuições	1.830	1.859	0,3%
	4.800	9.879	Retenção de Lucro	10.187	2.748	13,4%
			8 - Valor Adicionado total Distribuído	13.620	6.170	74,8%
				100,0%	100,0%	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucros/Prejuízos	Outros Resultados	
			Dividendos Adicionais Propostos	Acumulados	Abrangentes	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	41.270	1.554	-	-	497	43.321
Operações com Acionistas:						
Dividendos declarados	-	-	-	(444)	-	(444)
Dividendos adicionais propostos	-	-	444	(444)	-	-
Resultado Abrangente Total						
Ajuste de Equivalência Patrimonial s/ Coligada - Exercício Anterior	-	-	-	157	-	157
Lucro Líquido do Período	-	-	-	2.748	-	2.748
Efeito da reapresentação das Demonstrações Financeiras 2015 (Nota 2.20)	-	-	1.969	(1.969)	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	48	-	(48)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	41.270	1.602	2.413	-	497	45.782
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucros	Lucros/Prejuízos	Outros Resultados	
			Dividendos Adicionais Propostos	Acumulados	Abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	41.270	1.602	2.413	-	497	45.782
Redução do Capital Social	(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Operações com acionistas:						
Ajuste de Equivalência Patrimonial s/ Coligada - Exercício Anterior	-	-	-	(68)	-	(68)
Dividendos Adicionais Propostos 2015	-	-	(444)	-	-	(444)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	10.187	-	10.187
Distribuição de outros resultados abrangentes	-	-	-	497	(497)	-
Constituição de Reserva Legal	-	629	-	(629)	-	-
Dividendos Adicionais Propostos 2016	-	-	3.987	(3.987)	-	-
Dividendos Adicionais Declarados 2016	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.270	2.231	5.956	-	-	39.457
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
1 - CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS						
1.1 - Objetivo social						
A CEB Participações S.A. ("CEBPar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela <i>holding</i> Companhia Energética de Brasília - CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997 e tem a sua sede social localizada na cidade de Brasília-DF.						
A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Atualmente, a CEBPar participa da empresa Corumbá Concessões, S.A. com 2,3461% de seu capital (Nota 8) e no Consórcio CEMIG-CEB, responsável pelo AHE Queimado, com 17,5% do Consórcio. (Nota 1.3).						
1.2 - Concessão						
O contrato de concessão nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB ("Consórcio"), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unai, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado Aproveitamento Hidroelétrico Queimado - AHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unai 3, de propriedade da CEMIG.						
O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 1997, prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do						
seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.						
A energia elétrica gerada pelo AHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:						
Concessionárias						Participação
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG						82,5%
Companhia Energética de Brasília - CEB						17,5%
Total						100,0%
1.3 - Consórcio CEMIG - CEB						
A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e a Companhia Energética de Brasília - CEB constituíram em 1998 o consórcio CEMIG - CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB.						
A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG - CEB, composto atualmente por CEMIG GT e CEB Participações.						
continua...						

continuação...

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o art. 279 desta Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos da consorciadas.

De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2032, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG - CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da AHE Queimado.

O AHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 93,3 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a usina produziu aproximadamente 22,3 MW médios, 24% da sua energia assegurada (43 MW médios em 2015).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

2.1- Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa - DFC pelo método direto nos termos da NBC TG 03 (R3). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o caixa líquido das atividades operacionais na Nota 25.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado - DVA nos termos da NBC TG 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 10 de fevereiro de 2017, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

2.2- Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3- Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4- Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (Aplicações financeiras e contas a receber): São avaliados quanto à sua recuperabilidade periodicamente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

ii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

iv) Amortização de ativos tangíveis e intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 9 e 10).

v) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem não irão diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2016 sendo que já foram considerados pela CCEE e encaminhados para a Entidade.

2.5- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa 3).

2.6- Ativos financeiros

i) Classificação:

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria são consideradas as aplicações financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3).

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia tem a intenção e a capacidade de manter títulos de valores mobiliários até o vencimento. Tais ativos financeiros são classificados e mantidos até o vencimento. Os investimentos são preservados até o vencimento e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Companhia tem registro sendo o Investimento referente à Corumbá Concessões S.A. (Nota Explicativa 8).

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

continua...

continuação...	
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20	
Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota Explicativa 3) e Concessionárias e Permissionárias (Nota Explicativa 4). ii) Reconhecimento e mensuração: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia realiza a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar os ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.7- Concessionárias e Permissionários O valor incluso nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota Explicativa 4). 2.8- Investimentos a) Investimentos em coligadas As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. b) Operações controladas em conjunto Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. c) Consórcio - UHE Queimado A Companhia registra a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio de acordo com a correspondente participação detida no consórcio, uma vez que estes investimentos são considerados “joint operations”, de acordo com os requerimentos do IFRS 11. 2.9- Imobilizado Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui: • o custo de materiais e mão de obra direta; • quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e • custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados na Nota 9. 2.10- Intangível Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 10). 2.11- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.	2.12- Passivos financeiros A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 11) e demais obrigações (Nota 13). 2.13- Contas a pagar As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. 2.14- Impostos e contribuições sociais A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2016 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. 2.15 - Demais ativos e passivos Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. 2.16 - Capital Social a) Ações ordinárias Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. 2.17 - Reserva legal Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 14.2.1). 2.18 - Reconhecimento da receita a) Receita de comercialização de energia De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica. A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços. 2.19 - Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. 2.20- Reapresentação das Demonstrações Financeiras As demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram emitidas em 18 de fevereiro de 2016. Posteriormente à esta data, a Companhia decidiu reapresentá-las para correção dos seguintes erros: i) Reconhecimento como ativo imobilizado de investimentos realizados na UHE Queimado que haviam sido lançados no resultado do exercício ao invés terem sido ativados como imobilizado. A Companhia apurou os ajustes líquidos da depreciação que deixou de ser reconhecida caso tais itens tivessem sido imobilizados à época. Os efeitos desta correção são referentes somente ao resultado do ano de 2015 e aos saldos finais deste exercício; e
continua...	

continuação...				
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20				
ii) Estimativa da posição da Companhia perante a CCEE na base de dezembro de 2015, onde foi registrada uma variação acima do esperado entre a estimativa realizada à época para os valores efetivamente liquidados. Este ajuste, caso registrado no ano de 2016, impactaria o resultado do exercício de maneira relevante, fato este que gerou a necessidade de sua reapresentação. Estes efeitos trouxeram impacto relevante no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015, bem como no resultado do exercício findo nessa data. Importante destacar que as correções acima possuem efeitos somente no ano de 2015, não sendo necessária qualquer reapresentação do saldo de abertura deste exercício ou de anos anteriores. Adicionalmente, importante destacar que as correções não afetam a apuração dos tributos do exercício de 2015, já que não há qualquer ajuste sobre as Receitas auferidas, base para apuração dos tributos pelo lucro presumido. Os efeitos no Balanço patrimonial e na Demonstração do resultado do exercício de 2015 desses ajustes podem ser assim demonstrados:				
Balanço Patrimonial:				
	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015 Reapresentado	
ATIVO				
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.478	-	8.478	
Concessionários e permissionários	1.739	-	1.739	
Energia de curto prazo a receber	-	535	535	
Outros ativos circulantes	237	-	237	
	10.454	535	10.989	
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo	11.857	-	11.857	
Investimentos	3.669	-	3.669	
Imobilizado	18.329	829	19.158	
Intangível	1.494	2	1.496	
	35.349	831	36.180	
Total do Ativo	45.803	1.366	47.169	
	31/12/2015	Ajustes	31/12/2015 Reapresentado	
PASSIVO				
Passivo Circulante				
Contas a pagar	739	(604)	135	
Outros passivo circulantes	1.251	1	1.252	
	1.990	(603)	1.387	
Patrimônio Líquido				
Capital Social	41.270	-	41.270	
Reserva de lucros	2.046	1.969	4.015	
Outros resultados abrangentes	497	-	497	
	43.813	1.969	45.782	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	45.803	1.366	47.169	
Demonstração de resultado				
	31/12/2015	Reclasificações	Ajustes	31/12/2015 Reapresentado
Receita operacional líquida	14.717	-	-	14.717
Custo com energia elétrica e operação	(8.264)	(3.468)	1.969	(9.763)
Lucro operacional bruto	6.453	(3.468)	1.969	4.954
Receitas/(Despesas) Operacionais				
Gerais e Administrativas	(5.445)	3.468	-	(1.977)
Resultado de equivalência patrimonial	(906)	-	-	(906)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	121	-	-	121
	(6.230)	3.468	-	(2.762)
Resultado antes do Resultado Financeiro	223	-	1.969	2.192
Receitas financeiras	2.089	-	-	2.089
Despesas financeiras	(315)	-	-	(315)
	1.774	-	-	1.774
Resultado antes dos tributos	1.997	-	1.969	3.966
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Imposto de Renda	(850)	-	-	(850)
Contribuição Social	(368)	-	-	(368)
	(1.218)	-	-	(1.218)
Lucro líquido/(Prejuízo) do Período	779	-	1.969	2.748
Lucro/(Prejuízo) Básico e Diluído por Ação	0,0189	-	0,0477	0,0666
2.21- Aprovação das demonstrações financeiras				
Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2017.				

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	1	1
Aplicações Financeiras	12.341	8.477
Total	12.342	8.478

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB contratados com instituições financeiras nacionais de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo, com remuneração entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS (CONTAS A RECEBER)

	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de Energia	1.904	1.726
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	13	13
Total	1.917	1.739

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 15 e 25 do mesmo mês de comercialização da energia e no dia 5 do mês subsequente. O valor a receber é pulverizado entre 31 clientes e a Companhia entende ser desnecessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2016.

5. ENERGIA DE CURTO PRAZO

	31/12/2016	31/12/2015 Reapresentado
Energia de curto prazo	-	535
Total	-	535

Corresponde a posição da Companhia perante a CCEE no mês de dezembro de 2016.

6. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, para contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como é o caso da CEB Participações S.A. Assim, a Companhia transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-91, em que a Companhia possui proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 9%, sendo que para déficits até este nível a CEB Participações S.A. possui a responsabilidade de ressarcir os agentes de mercados. O valor de R\$1.226 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$75 no Ativo circulante e R\$1.151 no Ativo não circulante (R\$1.227 - 31/12/2015, que está apresentado no não circulante), é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15 para fazer frente às perdas do Mercado de Curto Prazo do ano de 2015 e que será utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 17 de dezembro de 2032, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado do exercício.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (MÚTUO)

Em 31 de dezembro de 2015, a CEBPar tinha registrado em seu ativo operações de empréstimo (mútuo) com a CEB Distribuição S.A., uma empresa do mesmo grupo econômico, e cujo controlador é a Companhia Energética de Brasília - CEB, no valor de R\$10 milhões.

Em fevereiro de 2016 foi proposta e aprovada a redução do capital social da Companhia no valor equivalente ao montante principal da operação, ou seja, R\$ 10 milhões.

Mediante Contrato de Cessão Creditória de Direito de Mútuo, assinado entre a CEB Distribuição S.A., CEB Participações S.A. e CEB Holding S.A., o valor do mútuo a receber da CEB Distribuição S.A. foi transferido para a CEB Holding S.A. e compensado com o valor da redução de capital.

A Companhia realizou, em 15 de agosto de 2016, uma nova operação de mútuo, desta vez com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 196, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 2 de agosto de 2016.

O mútuo possui prazo de 60 meses, com carência de pagamento de 36 meses, e terá correção monetária pelo IGP-M além de juros de 1% ao mês. Devido aos valores de atualização, o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 203.

Esse contrato respeita a exigência do órgão regulador (ANEEL) de que se deve atender à comutatividade financeira do montante mutuado.

8. INVESTIMENTOS**a) Avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial**

A CEBPar possui participação de 2,3461% na empresa Corumbá Concessões, S.A. ("Corumbá"). A Corumbá foi fundada em 06 de setembro de 2000, com o objetivo de constituir o Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, no Rio Corumbá, localizado no município de Luziânia - GO, com prazo de duração de 35 anos, prorrogável de acordo com os termos do Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL.

O capital social da Corumbá é representado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por 566.248.166 Ações Nominativas, sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA", 126.666.666 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNB", totalizando um capital subscrito e integralizado de R\$171.516 (R\$235.259 em 2015). A CEBPar possui 13.285.000 Ações Ordinárias. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2016 foi aprovada a redução de capital da Corumbá para absorção de prejuízos acumulados, no valor total de R\$63.742.

continua...

continuação...

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20

O projeto AHE Corumbá IV é caracterizado como produtor independente de energia elétrica, com potência instalada de 127 MW e entrou em atividade operacional em 01 de abril de 2006. A CEBPar possuía 2,12% de participação acionária na Corumbá, sendo que em outubro de 2012 foi realizada recompra de ações por parte da Corumbá da participação de um dos acionistas e gerou alteração na estrutura societária da Empresa e, consequentemente, da participação da CEBPar que passou de 2,12% para 2,3461%.

A Corumbá Concessões é considerada como coligada da CEBPar e o investimento é calculado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) pelo fato de duas Companhias serem controladas pela mesma entidade, Companhia Energética de Brasília, que possui 45,2% das ações da Corumbá Concessões S.A. e 100% das ações da CEBPar.

Os principais números da Corumbá Concessões em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são:

	31/12/2016	31/12/2015
Total Ativo Circulante	37.073	44.528
Ativo não Circulante	680.121	687.801
Realizável a longo prazo	87.082	83.343
Imobilizado	585.721	596.742
Intangível	7.318	7.716
TOTAL ATIVO	717.194	732.329
Passivo circulante	67.669	81.491
Debêntures	56.415	65.750
Outros passivos circulantes	11.254	15.741
Passivo não circulante	491.752	497.377
Debêntures	364.607	381.729
Outros passivos não circulantes	127.145	115.648
Patrimônio Líquido	153.008	153.461
Resultado do Período	4.765	-
TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO	717.194	732.329

A Demonstração do resultado condensada da Investida para o exercício de 2016 e 2015 é como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Receita Líquida	170.328	141.554
(-) Custo de Operação	(90.302)	(73.495)
(=) Lucro Bruto	80.026	68.059
(+/-) Despesas e receitas Operacionais	2.084	(51.727)
(+/-) Resultado financeiro	(75.751)	(74.284)
(=) Resultado antes dos tributos	6.359	(57.952)
(+/-) IR e CS correntes e diferidos	(1.594)	19.324
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	4.765	(38.628)

A movimentação do Investimento os exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.418	4.418
Equivalência patrimonial	(906)	(906)
Ajustes de exercícios anteriores de equivalência patrimonial	157	157
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.669	3.669
Equivalência patrimonial	112	112
Ajustes de exercícios anteriores de equivalência patrimonial	(68)	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.713	3.713

A movimentação das contas do ativo imobilizado no nos exercícios de 2016 e 2015 foi como segue:

	31/12/2014	Altas	Baixas	Depreciação	31/12/2015	Altas	Depreciação	31/12/2016
Geração Usina - Em serviço	18.247	853	-	(675)	18.425	8	(663)	17.770
Imobilizado em serviço	25.307	853	-	-	26.160	8	-	26.168
Terrenos	949	-	-	-	949	-	-	949
Reservatórios, Barragens e Adutoras	11.033	380	-	-	11.413	-	-	11.413
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	4.913	39	-	-	4.952	1	-	4.953
Máquinas e Equipamentos	8.397	420	-	-	8.817	4	-	8.821
Móveis e Utensílios	15	14	-	-	29	3	-	32
(-) Depreciação acumulada	(7.060)	-	-	(675)	(7.735)	-	(663)	(8.398)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(2.572)	-	-	(247)	(2.819)	-	(245)	(3.064)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(1.601)	-	-	(135)	(1.736)	-	(133)	(1.869)
Máquinas e Equipamentos	(2.877)	-	-	(291)	(3.168)	-	(283)	(3.451)
Móveis e Utensílios	(10)	-	-	(2)	(12)	-	(2)	(14)
Geração Usina - Sistema de transmissão/conexão - em serviço	674	-	-	(26)	648	-	(27)	621
Imobilizado em serviço	942	-	-	-	942	-	-	942
(-) Depreciação acumulada	(268)	-	-	(26)	(294)	-	(27)	(321)
Administração - em serviço	107	-	(5)	(17)	85	-	(14)	71
Imobilizado em serviço	213	-	(57)	-	156	-	-	156
(-) Depreciação acumulada	(106)	-	52	(17)	(71)	-	(14)	(85)
Total	19.028	853	(5)	(718)	19.158	8	(704)	18.462

continua...

b) Operação controlada em conjunto - Consórcio CEMIG - CEB

Conforme mencionado na Nota explicativa 1.3, a Entidade é parte do Consórcio CEMIG - CEB responsável pela exploração do potencial hidroelétrico AHE Queimado juntamente com a CEMIG GT S.A. Os principais grupos do Ativo e Passivo do Consórcio são como segue:

Contas Patrimoniais	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	993	75
Outros Créditos	98	361
Imobilizado/Intangível	113.891	112.790
Total de Ativos	114.982	113.226
Fornecedores	985	124
Tributos e Contribuições Sociais	88	69
Provisões Passivas	-	69
Concessão Onerosa	4.952	6.391
Patrimônio Líquido	108.957	106.573
Total Passivo + Patrimônio Líquido	114.982	113.226

A parcela da CEBPar do Imobilizado e Intangível do Consórcio é alocado em seu Balanço patrimonial equivalente nestas mesmas rubricas. As principais despesas do Consórcio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são assim apresentadas:

	31/12/2016
Operação e Manutenção	3.312
Meio Ambiente	1.671
Administrativo	1.388
Penalidades contratuais	596
Seguro Risco Operacional	238
Contribuição ONS	12
Investimento	402
Total despesas Consórcio	7.619

9. IMOBILIZADO

Em atendimento ao CPC 27 que trata do Ativo imobilizado, a Companhia reconheceu no seu ativo não circulante os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG - CEB. A composição do saldo é como segue:

	Taxas anuais de depreciação em %	31/12/2016	31/12/2015
Geração Usina - Em serviço		17.770	18.425
Terrenos		949	949
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2% a 3,3%	11.413	11.413
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% e 4%	4.953	4.952
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	8.821	8.817
Móveis e Utensílios	10%	32	29
(-) Depreciação acumulada		(8.398)	(7.735)
Geração Usina - Sistema de transmissão / conexão - em serviço		621	648
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	942	942
(-) Depreciação acumulada		(321)	(294)
Administração - em serviço		71	85
Móveis e utensílios	10%	53	53
Máquinas e Equipamentos	6,7% e 10%	103	103
(-) Depreciação acumulada		(85)	(71)
TOTAL		18.462	19.158

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu Imobilizado em 31 de dezembro de 2016. A CEBPar faz anualmente uma avaliação do valor do Imobilizado com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para *impairment*.

continuação...			
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20			
10. INTANGÍVEL			
Corresponde ao direito de uso da área onde se encontra a usina do AHE Queimado. A composição do intangível em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Direitos de uso da Usina	1.541	1.496	
Total	1.541	1.496	
11. CONTAS A PAGAR			
O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data do balanço, acrescidos da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado:			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Energia comprada - CCEE	169	-	
Encargos do uso do sistema de transmissão	73	66	
Fornecedores de serviços	62	69	
Total	304	135	
11.1. Energia comprada - CCEE: O valor de R\$ 169 se refere à estimativa da Administração da CEBPar para a liquidação financeira do mês de dezembro de 2016 das operações do Mercado de Curto Prazo - MCP junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, uma vez que até a conclusão destas informações intermediárias a Câmara não havia divulgado as informações do referido mês.			
11.2. Encargos de uso do sistema de transmissão: Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.			
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS			
Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
IRPJ e CSLL a pagar	245	270	
COFINS	41	23	
INSS	30	29	
IRRF	34	25	
Outros	27	17	
Total	377	364	
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	15	56	
Pesquisa e Desenvolvimento (a)	306	210	
Coligadas e controladas (b)	121	90	
Outras	17	16	
Total	459	372	
Circulante	459	372	
a) A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional deduzida de PIS e COFINS em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a aprovação por parte da ANEEL do projeto executado pela Companhia. O programa de P&D está regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12.			
b) O valor refere-se ao valor a pagar pela Companhia ao Consórcio CEB-CEMIG referente à sua quota parte das despesas já provisionadas pelo consórcio no mês de dezembro.			
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
14.1 Capital Social			
O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 31.270 (R\$ 41.270 em 31/12/2015), que está dividido em 31.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme art. 5º do seu Estatuto Social, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.			
Houve redução do Capital Social da Companhia em fevereiro 2016 devido à compensação do contrato de mútuo que a CEBPar tinha com a CEB Distribuição (Nota explicativa 6).			
14.2 Reserva de lucros			
O saldo é composto dos seguintes valores:			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Reserva Legal	2.231	1.602	
Dividendos adicionais propostos	5.956	2.413	
Total	8.187	4.015	
14.2.1 - Reserva legal			
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. A reserva legal é de R\$ 2.231 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.602 em 31 de dezembro de 2015).			
14.2.2 - Dividendos adicionais propostos			
No exercício de 2016, a Administração destinou o valor de R\$5.956 para a constituição da provisão de dividendos adicionais propostos, que é referente ao excesso sobre o dividendo mínimo obrigatório declarado. Este valor será mantido no Patrimônio líquido, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08 e será submetido a Assembleia Geral Ordinária que aprovar a destinação do resultado do exercício de 2016.			
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Receita Operacional Líquida	17.239	15.463	
Receita Bruta de Venda e Serviços	16.181	14.809	
Venda de energia elétrica	257	-	
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	801	654	
Prestação de Serviços	(832)	(746)	
Dedução da receita operacional	(112)	(101)	
PIS	(517)	(465)	
COFINS	(40)	(33)	
ISS	(163)	(147)	
P&D	16.407	14.717	
Receita operacional líquida	16.407	14.717	
16. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E OPERAÇÕES			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.030)	(7.094)	
Custo pelo uso do sistema de transmissão - CUSD	(847)	(778)	
Despesas relacionada com a AHE Queimado (b)	(1.498)	(1.918)	
Depreciação	(697)	(718)	
Compensação Financeira pelo uso de recursos hídricos	(196)	(342)	
Prêmio de seguro - Repactuação Risco Hidrológico (c)	(76)	1.227	
Taxa da fiscalização ANEEL	(154)	(129)	
Contribuição compulsória CCEE	(10)	(11)	
Custo com energia elétrica e operações	(4.508)	(9.763)	
a) Energia elétrica comprada para a revenda: O valor se refere à compra de energia no mercado de curto prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A redução desta despesa em 2016 em comparação ao ano anterior é decorrente dos seguintes fatores principais: i) repactuação do risco hidrológico, mencionado na Nota explicativa 6; e ii) redução do preço do PLD em 2016.			
b) Despesas relacionadas com a AHE Queimado: O valor de R\$ 1.498 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.918 - 31 de dezembro de 2015) é referente às despesas proporcionais do Consórcio CEMIG - CEB de responsabilidade da CEBPar. A redução desta despesa em 2016 é resultado das ações adotadas pela Administração do Consórcio para a redução das despesas correntes, envolvendo renegociação de contratos, mudança da sua sede administrativa, revisão de benefícios, entre outros.			
c) Prêmio de seguro - Repactuação do risco hidrológico: O valor de R\$1.227 reconhecido em 2015 refere-se ao ressarcimento da energia adquirida neste ano como um benefício para as empresas que optarem pela repactuação do risco hidrológico. Este saldo está sendo utilizado para compensação do seguro instituído pela ANEEL como parte da transferência do risco após a repactuação. O valor de R\$ 76 refere-se a amortização do ano de 2016.			
17. GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Pessoal	(1.573)	(1.248)	
Serviços de terceiros	(877)	(586)	
Contribuição Sindical Patronal	(42)	(42)	
Despesas Diversas	(17)	(101)	
Despesas Gerais e Administrativas	(2.509)	(1.977)	
18. RECEITAS FINANCEIRAS			
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	
Rendimento de Aplicações Financeiras	1.497	1.554	
Receitas financeiras pelo contrato de mútuo	113	527	
Reconhecimento de receita financeira FIP	114	-	
Atualizações monetárias sobre crédito tributário	6	7	
Outras Receitas Financeiras	2	1	
Receitas financeiras	1.732	2.089	
19. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO			
A Companhia tributa o seu resultado com base no Lucro Presumido, sendo 8% da receita para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, apurado em cada período trimestral de tributação, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60.000 por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor total da de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R\$ 1.119 (R\$ 1.218 em 31/12/2015).			
continua...			

continuação...

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20					
20. PARTES RELACIONADAS					
Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2016	31/12/2015	
Ativo					
		Serviços			
Serviços Prestados (a)	Consórcio CEMIG/CEB	Administrativos	127	108	
		Investimento			
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Permanente	3.712	3.669	
Empréstimo (c)	CEB Distribuição S.A.	Mútuo	-	10.000	
	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo	203	-	
		Imobilizado e Intangível			
Usina (d)	Consórcio CEMIG/CEB		20.003	19.824	
Total			24.045	33.601	
Passivo					
		Pessoal à Disposição			
Outros (e)	CEB Distribuição S.A.	Despesas à reembolsar	23	22	
Outros (f)	Consórcio CEMIG CEB		98	68	
Total			121	91	
Demonstração do Resultado			31/12/2016	31/12/2015	
		Serviços			
Receita (g)	Consórcio CEMIG CEB	Prestados	801	654	
		Encargos de Mútuo			
Receita (h)	CEB Distribuição S.A.		102	527	
		Encargos de Mútuo			
	Corumbá Concessões S.A.		11	-	
		Despesas - cota parte			
Despesa (i)	Consórcio CEMIG CEB		1.498	1.918	
Total			2.412	3.098	

a) A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, conforme processo de nº 14/2016, assinado em 1º de dezembro de 2016, o qual tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consórcio. O preço global dos serviços prestados é de R\$4.910 para o período de 5 (cinco) anos, sendo que deste total, 82,5% (R\$4.051), serão pagos pela CEMIG GT à CEB Par, em 60 parcelas mensais, sendo reajustado anualmente pelo índice do IGP-M/IBGE;

b) Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme Demonstrado na Nota explicativa nº 8 a);

c) Empréstimo (mútuo) com a CEB Distribuição S.A. no valor de R\$ 10 milhões, que foi liquidado através de redução do capital em 2016, mediante processo de Redução de Capital com a Companhia Energética de Brasília, CEB Holding e também um empréstimo (Mútuo) com a Corumbá Concessões S.A. no valor de R\$ 203;

d) Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consórcio CEMIG-CEB;

e) Refere-se à cessão de funcionário da CEB Distribuição S.A. à CEB Participações S.A., conforme AVD nº 5497;

f) Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consórcio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%;

g) Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT.

h) Refere-se à receita financeira auferida do Contrato de Mútuo nº 01/2015-CEBPar, firmado entre a CEB Participações S.A e a CEB Distribuição S.A, liquidado em 2016, com a diminuição do Capital Social e também dos rendimento do empréstimo de mútuo com a Corumbá Concessões S.A.;

i) Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consórcio CEMIG-CEB.

21. GESTÃO DE RISCOS	
21.1. Risco de capital	
Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.	
21.2. Risco de mercado	
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio do Consórcio e da venda pela CEBPar apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos e dos preços de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida.	

21.3. Risco de liquidez	
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.	
Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionários e Permissionários (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, tem Equivalentes de Caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para o Contas a Receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.	
A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas que são parte do sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação dos reservatórios.	
21.4 Risco de crédito	
Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto às Concessionárias e Permissionárias e de Equivalentes de caixa.	
No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador.	
O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.	
Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A Administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante em função da Administração local os seus recursos financeiros basicamente em Instituições financeiras de grande porte, com baixo risco baseadas nas agências avaliadores de risco.	
A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.	
21.5 Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL	
A CEBPar é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.	
21.6 Risco em Participações acionárias	
Conforme mencionado na Nota explicativa nº 8 a), a CEBPar possui participação de 2,3461% na Corumbá Concessões S.A., empresa coligada através de controle comum de outra empresa do mesmo grupo econômico. Este ativo será recuperado somente se a empresa investida gerar lucros em montantes suficientes para compensar o capital investido. A CEBPar avalia anualmente se há indício de irrecuperabilidade deste ativo a fim de constituir possível provisão para impairment. Até o momento, baseados nas projeções elaboradas pela Administração da Corumbá Concessões, a CEBPar não verificou necessidade de constituir qualquer provisão para perda.	
22. PASSIVOS CONTINGENTES - CONTINGÊNCIA CÍVEL	
a) Resolução CNPE 03/2013	
O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNCP nº 03/2013 modificando a sistemática do rateio do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, com o intuito de resguardar o risco de segurança energética, alterando a forma de rateio do custo do despacho adicional das usinas termelétricas em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, incluindo todos os custos para os agentes de mercado, deixando de ser arcado exclusivamente pelos consumidores, em razão da revogação da Resolução CNPC nº 08/2007.	
O encargo que trata a referida resolução destina-se a cobrir os custos decorrentes da geração despachada independente da ordem de mérito, nos termos do artigo 59, inciso I do Decreto nº 5.163/2004.	
Até o momento da edição da Resolução CNPE nº 03/2013, os custos decorrentes do acionamento das usinas termelétricas eram custeados exclusivamente pelos consumidores. Após a sua edição, tais custos são rateados entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada nos últimos doze meses.	

continua...

continuação...		
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20		
A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionamento à criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termoeletrica, até o julgamento final da ação. O processo encontra-se concluso para sentença em 1ª Instância desde 29 de abril de 2014. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram a perda desta ação como remota e, por isto não foi constituída provisão sobre este assunto no trimestre findo em 31 de dezembro de 2016. Os valores envolvidos até novembro de 2016 que a Companhia foi excluída do pagamento é da ordem de R\$ 584. b) Repactuação do risco hidrológico Após as adesões da CEB Participações S.A. e outras empresas do mesmo grupo econômico à repactuação do risco hidrológico ocorrida em 2015, ocasião em que ocorreram as desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração, alguns outros agentes do mercado não procederam da mesma forma. Essa opção manteve suas judicializações que os isentavam do rateio do pagamento de valores discutidos em outras liminares, situação que provocou nova exposição daqueles agentes que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEBPar. Em decorrência dessa nova exposição, com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que o risco de perda é possível. c) Processo Administrativo nº 4850004562/2009-64 - ANEEL O Consórcio CEMIG-CEB, ajuizou ação em desfavor da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no processo de nº 0015174-71.2016.4.01.3800 - 19ª VARA FEDERAL, pretendendo a nulidade do despacho sancionador 569/2016, que aplicou sanção de multa no valor de R\$503, a qual é referenciada nos autos do processo administrativo número 4850004562/2009-64. O Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado - AHE-Queimado, que é o negócio do Consórcio CEMIG-CEB, foi autuado em razão de uma “não-conformidade (N.9)” consistente na disponibilidade declarada incorretamente nos sistemas do ONS, visto que há valores de indisponibilidade forçada indicados como indisponibilidade programada no RAD, sendo-lhe aplicada, após trâmite do processo administrativo decorrente do auto de infração, a multa já mencionada. Com o desenrolar da lide, no dia 13 de janeiro de 2017, conclui o Juízo que a penalidade aplicada à autora não deve prevalecer, julgando procedente o pedido para declarar a insubsistência da penalidade de multa aplicada ao Consórcio CEMIG-CEB, condenando a demandada ao ressarcimento das custas processuais antecipadas pela autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da demandante, em valor equivalente a 10% do valor equivalente à multa, já depositado nos autos, a ser atualizado em conformidade com o Manual de Cálculos da Justiça Federal (artigo 85, parágrafos 2º, 3º e 6º, do CPC/2015).		
23. PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS		
A CEBPar e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado à complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O plano adotado é submetido à avaliação anual de Atuário Independente e é denominado “Plano de Contribuição Definida”. O custeio é feito através de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa. As despesas totais com o plano no exercício de 2016, somaram R\$ 58 (R\$ 58 em 31/12/2015).		
24. SEGUROS		
A Companhia possui apólice de seguros contratados pela Administração do Consórcio CEMIG-CEB, para cobrir riscos sobre seus ativos, cuja cota parte da CEBPar é de 17,5%.		
25. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO DO PERÍODO COM A GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL		
		31/12/2016
Lucro Líquido do exercício		10.187
Ajustes ao Resultado do Período		
Depreciação		704
Equivalência patrimonial		(112)
Ajuste Repactuação do Risco hidrológico		(1.227)
Juros Provisionados		-
Resultado na Baixa de Imobilizado		5
Lucro do exercício ajustado		3.150
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução do Contas a Receber		357
(Aumento) Redução Impostos a Recuperar		(86)
(Aumento) Redução Outros ativos circulantes		(4)
(Aumento) Redução de Cauções e Depósitos Vinculados		(103)
Aumento (Redução) de fornecedores e outras contas		169
Aumento (Redução) Salários e encargos sociais		(5)
Aumento (Redução) de impostos e contribuições sociais		13
Aumento (Redução) outros passivos		87
		428
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		10.997
		31/12/2015
		2.748
26. OUTRO ASSUNTO RELEVANTE		
O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações S.A. alienar a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de gás e de geração de energia elétrica.		
Diretores		
Ari Joaquim da Silva - Diretor Geral		
Aurélio Jackson Fernandes Mazeto - Diretor		
Elias Brito Júnior - Diretor		
Contador		
Brás Kleyber Borges Teodoro		
Contador CRC-GO 022.094		
Parecer do Conselho Fiscal		
O Conselho Fiscal da CEB Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2016, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Nexia Teixeira Auditores, emitido sem ressalvas em 10.02.2017, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2016. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Participações S.A. Em cumprimento ao disposto no inciso VIII, art. 146 da Resolução nº 38/1990-TCDF, o Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data. Brasília, 20 de fevereiro de 2017.		
Dalmo Alexandre Costa		
André Vilanova da Silva		Wolney Arruda
continua...		

continuação...	
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ nº 03.682.014/0001-20	
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	
Ao Conselho de Administração e Diretoria da CEB PARTICIPAÇÕES S.A. Opinião Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Participações S.A. (“CEBPar” ou “Companhia”), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião. Ênfases 1) Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para o assunto mencionado na Nota explicativa 8 que demonstra o investimento da CEBPar na Corumbá Concessões com participação de 2,3461%, representando R\$3,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Aquela investida tinha prejuízos acumulados de R\$63,7 milhões (R\$65,5 milhões em 31 de dezembro de 2015) que foram compensados por uma redução de capital, passivo relevante com Debêntures no montante de R\$421 milhões (R\$447,5 milhões em 31 de dezembro de 2015), além de ter apresentado prejuízo líquido nos anos de 2015 e 2014, de R\$38,6 milhões e R\$74 milhões, respectivamente. A geração de resultado do investimento da CEBPar na Corumbá Concessões está condicionada à obtenção pela investida de resultados futuros em montante suficiente para a continuidade de suas operações, bem como ao sucesso na implementação do seu plano de negócios com redução dos custos de operação e amortização das Debêntures para redução gradual do custo financeiro. 2) A Investida da CEBPar, a Corumbá Concessões, mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, basicamente envolvendo venda de energia para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. 3) Conforme descrito na Nota explicativa nº 1, o AHE Queimado, do qual a Companhia possui 17,5%, gerou 22,3 MW médios de energia no exercício de 2016, inferior a sua garantia física de 93,3 MW médios. No ano de 2015, a geração do empreendimento foi de 43 MW médios. 4) Conforme mencionado na Nota explicativa 26, o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei 5.577 que autoriza a CEB Participações a vender sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Neste momento, é impossível determinar os efeitos futuros sobre a Continuidade operacional da Companhia, de que vez a Companhia possui basicamente estes ativos. Outros assuntos 1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e são consistentes em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, os assuntos descritos no tópico “Ênfases” supra também são aplicáveis à essa Demonstração. 2) O exame das Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erros descritos na nota explicativa 2.20, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 18 de fevereiro de 2016, contendo Ênfases sobre (i) à inexistência de impacto para a Companhia como consequência da prorrogação das concessões prevista na Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783; (ii) à repactuação do risco hidrológico estabelecida pela Lei 13.203/15 e os seus efeitos nas demonstrações financeiras de 2015; (iii) às operações em conjunto da CEMIG GT. S.A. e da CEBPar no Consórcio CEMIG-CEB na operação da AHE Queimado; (iv) às transações com partes relacionadas mantidas pela CEBPar; e (v) à não contratação de apólice de seguros pela Companhia. Estes assuntos foram considerados por nós como não relevantes para menção como Ênfases no presente relatório. Como parte de nossos exames das Demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 2.20 que foram efetuados para alterar as Demonstrações financeiras de 2015. Em nossa Opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício	de 2015 e, portanto, não expressamos Opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as Demonstrações financeiras de 2015 tomadas em conjunto. Outra informação que acompanha as Demonstrações financeiras (Relatório da Administração) e o relatório do auditor A Administração da CEBPar é responsável por essa outra informação que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras. Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2017.	
Nexia Teixeira Auditores CRC MG 5.194	Domingos Xavier Teixeira Sócio e Diretor Executivo Contadora CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103